

Projeto Cabral, um risco para Medicina

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral provocou forte impacto, que atordoou a Nação, assim como acontece com alguém que tenha recebido uma pancada na cabeça. Pois bem, ainda sob os efeitos do choque, verifica-se que a contusão é mais grave do que a princípio se mostrava.

Realmente, partindo-se do geral para o particular, constata-se que o deputado federal incluiu em seu projeto a estatização da medicina no Brasil, adotando, integralmente, o sistema implantado na Nicarágua por um médico brasileiro que lá esteve a serviço daquele regime.

A iniciativa causa perplexidade e até difunde receio, porque, afinal, a interferência do Estado nas questões de saúde fez baixar, quase ao nível do chão, a qualidade dos serviços médicos e ainda contribuiu para que uma corrupção sem precedentes contaminasse os órgãos da administração pública e os hospitais.

Enfim, se a estatização parcial já existente "ulula" em termos de ineficiência, torna-se fácil prever o que acontecerá no momento em que houver um sistema único de saúde, conforme previu Bernardo Cabral no art. 226 e seguintes de seu projeto, transformando o Brasil num imenso INPS. É possível que o próprio parlamentar não tenha percebido o alcance daquilo que admitiu no texto, industriado que foi por grupos interessados em endeusar o Estado.

O projeto de Cabral é claro no sentido de que "cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde", e que "o Poder Público poderá deter o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica".

No mesmo capítulo "Da Saúde", também dispõe que "as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: 1) comando administrativo único em cada nível de governo; 2) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas; 3) descentralização político-administrativa; 4) participação da comunidade".

O parágrafo primeiro do art. 226 dispõe que "o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, além de outras fontes". Enfim, não se deixa dúvida de que o sistema será único e que quem o custeará é o estado.

O parágrafo seguinte, ao invés de aliviar, piora o quadro: "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá participar de forma supletiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos".

Vê-se, portanto, que se afastam desses contratos as regras de direito privado, porque encerram antago-

nismo em relação ao processo de estatização. A preferência pelos contratos de direito público deriva do fato de estes se sujeitarem ao império do estado, enquanto o direito privado é escravo da lei.

Segundo o presidente da Associação Médica Brasileira, Nelson Proença, a estatização decorrente do projeto Cabral é o resultado da atuação de grupos esquerdistas sobre o Congresso Constituinte. Ele está particularmente alarmado, por entender que a estatização pretendida, no caso de ficar consumada, colocará o Brasil numa posição de saúde quem sabe até pior do que aquela experimentada pelos países comunistas, onde a medicina está atrasada algumas décadas em relação aos países do Ocidente.

Proença revela que o projeto brasileiro se assemelha incrivelmente àquele realizado na Nicarágua pelo médico brasileiro Sérgio Arouca, que foi secretário da Saúde do governo de Leonel Brizola. "Eu poderia adiantar que é praticamente o mesmo" — disse. Se for implantado, prevê o início da agonia da medicina no Brasil, porque a iniciativa privada, que tem elevado a qualidade do serviço, será praticamente anulada, a ponto de hospitais que prestam a melhor assistência, como Sirio-Libanês, Einstein, Beneficência Portuguesa e outros, ficarem proibidos de importar equipamentos que representam os últimos avanços da ciência.

O dr. Proença explica que a tendência estatizante é notada sobretudo entre profissionais que atuam na área de saúde pública. Não encontrando terreno para expansão de suas atividades, sonham com a estatização completa, que amplia enormemente para si próprios o campo de atuação.

Mas, lembra o médico, se a estatização pela metade, conforme atualmente ocorre, já apresenta inconvenientes e deficiências, imagina-se o que acontecerá no momento em que houver o nivelamento por baixo da medicina no Brasil. O pior, lembra ele, é que o problema é político, mais do que médico, e somente encontrará solução se os parlamentares brasileiros acordarem para os riscos da estatização.

Na verdade, tendo em vista a surpresa generalizada provocada pelo projeto de Bernardo Cabral, certos itens da proposta ainda não estimularam os neurônios dos políticos brasileiros, muitos dos quais, até o presente, embora o tenham lido, não se deram conta de que a redação dada camufla — mas não a ponto de esconder — a idéia estatizante.

Recentemente, a presença de grupos de esquerda na prestação dos serviços de saúde do INPS em São Paulo fez diminuir enormemente a qualidade assistencial. Ampliou-se a luta de classes, cresceu o nível de insatisfação dos funcionários, surgiram greves, protestos, mas aquilo que se mostrava essencial — o serviço médico — caminhou para o pior. Mais grave: a corrupção continuou, agora de outra forma. A.T.C.

Desdobramentos no Estado

Como desdobramento natural da promulgação da nova Constituição, quem sabe para janeiro ou fevereiro, prevê-se em São Paulo uma intensa disputa política, voltada para o preenchimento de três cargos principais: presidente da Assembleia Estadual Constituinte, relator da futura Constituição do Estado de São Paulo e líder do governo.

Os três cargos darão destaque aos ocupantes, podendo influir diretamente na definição de candidatos à Prefeitura da Capital. Como se sabe, a vigência da nova Carta obrigará os estados à elaboração de suas respectivas Constituições, a fim de que fiquem adaptadas. Para isso, o processo político se assemelhará àquele verificado a nível federal, com uma facilidade: da nova Constituição desfluirão preceitos que orientarão os constituintes estaduais (será o caso da forma de escolha de governantes, tributação, funcionamento do Legislativo e do Judiciário).

Devido à condição de partido majoritário, o PMDB possivelmente elegerá o presidente da Assembleia Constituinte e o relator. Como o presidente do Legislativo, Lutz Máximo, do grupo político do senador Mário Covas, está em dissidência aberta em relação ao governador Orestes Quércia, torna-se difícil prever qual a facção do partido mais bem colocada para preencher os cargos referidos.

Vereador

Em confidências feitas a amigos e correligionários, o ex-deputado federal Eduardo Suplicy, que foi can-

didato a governador pelo Partido dos Trabalhadores, revela que pretende concorrer às próximas eleições para a Câmara Municipal de São Paulo. É a forma que parece haver encontrado para conseguir um mandato, sem o qual, muitas vezes, o político caminha para o desaparecimento (vide exemplo de Franco Montoro).

Como possível candidato do PT à prefeitura paulistana é mencionado com frequência o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio.

Ação cívica

O Conselho Estadual da Ação Cívica de Recuperação Nacional, movimento destinado a mobilizar as pessoas para a luta contra a corrupção e os maus governos, já está formalmente composto, da seguinte forma: presidente, Herbert Levy; vice, general Adalberto de Queiroz, representando a liderança industrial, e Fernando Vergueiro, pela liderança rural; secretário geral, Alberto Lopes Rollo; secretário, almirante Yapery T. de Brito Guerra; tesoureiro, Nelson Gomes Teixeira.

De acordo com lista distribuída pelo ex-deputado Herbert Levy, integram o movimento pessoas como Pedro Conde, Mário Amato, José Ermírio de Moraes, José Mindlin, Antônio Pádua Diniz, brigadeteiro Clóvis Pavan, general Rubem Ludwig, Reynaldo de Barros, Laudo Natel, Mário Altenfelder Silva, Paulo Queiroz, Paulo Villares, Waldyr Prudente de Toledo, Celso Neves, Emil Fährat e muitos outros.